

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2021
PROCESSO DIGITAL FF.001450/2021-75**

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS/ AGRICULTORES FAMILIARES ASSENTADOS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS PARA A AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE PALMEIRA JUÇARA (EUTERPE EDULIS) PARA USO PRÓPRIO EM ATIVIDADES DE REPOVOAMENTO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SOB GESTÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL, NO AMBITO DA PORTARIA NORMATIVA FF Nº 327/2021 QUE TRATA DO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA PALMEIRA JUÇARA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – UC’S.

A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal - FF, instituída pela Lei Estadual nº 5.208, de 1º de julho de 1986, tendo seu Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual nº 25.952, de 29 de setembro de 1986, CNPJ. nº 56.825.110/0001-47, órgão vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, por intermédio do Senhor RODRIGO LEVKOVICZ, Diretor Executivo, portador da cédula de identidade RG nº 28.155.493 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 295.691.718-80, no uso das suas atribuições, TORNA PÚBLICO o credenciamento de Associações/Cooperativas/Pequenos agricultores/Pessoas Físicas oriundas de agricultores familiares assentados, quilombolas e Comunidades Tradicionais interessados na VENDA DE SEMENTES DO PALMEIRA JUÇARA à Fundação Florestal, em atendimento ao Programa de Conservação da Palmeira Juçara nas Unidades de Conservação – UCs, que tem por objetivo geral a conservação da espécie nos espaços protegidos de domínio público e de domínio privado, das zonas de amortecimento e entorno de UCs, com remanescentes florestais, conforme estabelecido e faculta a PORTARIA NORMATIVA FF Nº 327/2021. A compra das sementes da palmeira juçara será feito por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, ARTIGO 25 DA LEI 8.666/93, de acordo com as condições e exigências previstas nesse edital.

Os interessados poderão obter cópia integral do Edital no sítio eletrônico: www.fflorestal.sp.gov.br

A documentação completa, composta pelo formulário, proposta de venda e habilitação jurídica deverá ser entregue eletronicamente até as 16h do dia 31/08/2021, para o seguinte endereço: projucara@fflorestal.sp.gov.br Por sua vez a entrega das sementes poderá ser iniciada a partir de 31 de setembro até a data do dia 30 de novembro.

O aviso contendo o presente edital será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na página da internet da Fundação Florestal – www.fflorestal.sp.gov.br

1. OBJETO:

1.1. O presente chamamento público tem por objeto a aquisição de 28.000 (vinte e oito mil) quilogramas de sementes. Estas sementes serão destinadas ao plantio de aproximadamente 560 hectares, em Unidades de Conservação Estaduais administradas pela Fundação Florestal, conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

As aquisições serão feitas por intermédio do Cadastro de Associações/Cooperativas/Pequenos Agricultores/Pessoas Físicas, oriundos da agricultura familiar de assentados, quilombolas e Comunidades Tradicionais atendidos pela Fundação Florestal no âmbito do Programa de Conservação da Palmeira Juçara nas Unidades de Conservação - UC sob gestão da Fundação Florestal. A Fundação Florestal fará a seleção de Unidades de Conservação - UCs e suas áreas prioritárias, conforme constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

Serão adquiridas pela Fundação Florestal, a quantidade estimada de 28.000 (vinte e oito mil) quilos de sementes da palmeira juçara, no valor unitário de R\$ 7,52 (sete reais e cinquenta e dois centavos) em atendimento à PORTARIA NORMATIVA FF Nº 327/2021.

2. DOS PRODUTOS

As especificações técnicas das sementes a serem adquiridas encontram-se descritas no Anexo II do Edital – Qualidade e Acondicionamento das Sementes.

3. DOS CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO

3.1. Poderão participar da seleção os agricultores familiares/Comunidades Tradicionais que também poderão ser representados por Associações e Cooperativas.

Em se tratando de associações e Cooperativas, que em seu quadro de cooperados possuírem outros agricultores familiares/Comunidades Tradicionais, será permitido apenas a produção dos assim associados, beneficiários, assentados, quilombolas, conforme Termo de Compras de Associações e Cooperativas, Agricultores Assentados e Quilombolas (Anexo VII).

3.2. Encontram-se impedidos de participar:

- a) Os interessados que comercializem e exponham qualquer tipo de material pornográfico;
- b) Os interessados que exerçam atividades ilícitas;
- c) Empresas que estejam em falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.
- d) Empresas que estejam impedidas de contratar com o Governo do Estado, inseridas no e-Sanções.

4. DO REQUERIMENTO E DA DOCUMENTAÇÃO

4.1. PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA - ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

4.1.1 Os interessados deverão preencher e encaminhar o Formulário de Requerimento, conforme modelo (Anexo III do edital), sem emendas, rasuras, que prejudiquem sua inteligência e sua autenticidade devidamente datado e assinado pelo representante da empresa com identificação legível do(s) signatário(s).

4.1.2 Deverão apresentar Proposta de venda de sementes da palmeira juçara, de acordo com o Anexo IV.

4.1.3. Além da Proposta, os interessados deverão apresentar junto com o Formulário Requerimento os seguintes documentos:

- a) Cadastro CAUFESP;
- b) Cópia da prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ), comprovando a existência da entidade há pelo menos um ano, por meio da data de abertura descrita no documento;
- c) Cópia do estatuto, no qual conste a missão e os objetivos das entidades relacionadas a Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e ou Quilombolas;
- d) Cópia da Declaração de Conformidade ao PPAIS (DCONP) do produtor ou Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) da entidade representativa.

No caso de Povos Indígenas a Declaração de Aptidão ao PRONAF Indígena (DAP-I) instituído pela Portaria nº 94/2012 do MDA (publicada no DOU, DE 28.11.2012);

- e) Lista dos cooperados ou associados com respectivo DAP ou DCONP;
- f) Declaração de não existência de trabalhadores menores – Anexo V;
- g) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- h) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- i) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- j) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, da Dívida Ativa do Estado de São Paulo;
- k) Conta corrente no Banco do Brasil;

4.2. PARA HABILITAÇÃO PESSOA FÍSICA

4.2.1 Os interessados deverão preencher e encaminhar o Formulário de Requerimento, conforme modelo (Anexo III do edital), sem emendas, rasuras, que prejudiquem sua inteligência e sua autenticidade devidamente datado e assinado pelo representante da empresa com identificação legível do(s) signatário(s).

4.2.2 Deverão apresentar Proposta de venda de sementes da palmeira juçara, de acordo com o Anexo IV.

4.2.3. Além da Proposta, os interessados deverão apresentar junto com o Formulário Requerimento os seguintes documentos:

- a) Cópia da prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Registro Geral (RG)
- b) Cópia da Declaração de Conformidade ao PPAIS (DCONP) ou Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP); No caso de fazer parte de Povos Indígenas, a Declaração de Aptidão ao PRONAF Indígena (DAP-I) instituído pela Portaria nº 94/2012 do MDA (publicada no DOU, DE 28.11.2012);
- c) Declaração de não existência de trabalhadores menores – Anexo V
- d) Conta corrente no Banco do Brasil (não pode ser poupança/ pode ser conjunta porém no nome do proponente);

4.2.4. No ato do credenciamento, a Fundação Florestal consultará os documentos listados abaixo. Quem estiver em desacordo será desclassificado:

- a) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.
- b) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- c) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, da Dívida Ativa do Estado de São Paulo;

5. DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO

5.1. Os formulários de requerimento (Anexo III), a documentação pertinente e as propostas de vendas (Anexo IV) serão analisados pela Comissão de Avaliação e Credenciamento designada que concluirá pelo deferimento ou indeferimento dos requerimentos de cada interessado, conforme os requisitos apresentados no presente Edital.

5.2. O Presidente da Comissão divulgará os nomes dos participantes que formularam propostas de venda, bem como, quais estão em conformidade com os requisitos fixados no Edital, esclarecendo, ainda, as razões de eventuais desclassificações.

5.3. Não serão considerados motivos para indeferimento da participação, simples omissões ou irregularidades materiais (erros digitação, concordância verbal, etc.) nos requerimentos ou na documentação, desde que sejam irrelevantes e não firam os direitos dos demais interessados.

5.4. Concluída a análise dos documentos, a Comissão designada elaborará a Ata contendo a lista dos interessados, eventuais decisões de indeferimento de formulários de requerimento, bem como a distribuição da compra das sementes da palmeira juçara entre os vendedores.

5.5. Os interessados que tiverem suas propostas deferidas serão habilitados pela Comissão de Avaliação e Credenciamento, que fará a distribuição da compra das sementes da palmeira juçara, de acordo com os critérios definidos a seguir:

5.5.1. A compra das sementes será realizada e deverão ser discriminados:

- a) nome da Associação/Cooperativa/participante(s) contemplada(o)(s);
- b) quantidade de quilogramas da semente a serem entregues por participante(s);
- c) local de entrega;
- d) prazo de entrega.

5.5.2. Caso seja apresentada mais de uma proposta para o mesmo local, o número de quantidade de sementes será dividido em partes iguais entre os participantes fornecedores;

5.5.3. Cada interessado na venda das sementes deverá apresentar **proposta mínima de 200 quilogramas**;

5.5.4. O interessado que considerar a venda inviável em razão da divisão dos lotes das sementes entre os participantes, poderá manifestar sua desistência por meio do Termo de Desistência (Anexo VII).

5.5.5. Caso a soma de sementes a ser fornecida pelos dos credenciados habilitados supere a marca de 28.000 quilogramas, a quantidade a ser comprada será diminuída, em mesma proporção, dos fornecedores habilitados.

6. DA ENTREGA DAS SEMENTES

O local de entrega, se dará nas Unidade de Conservação que integram o Programa de Conservação da Palmeira Juçara mais próxima da coleta das sementes. Tal indicação acontecerá após a homologação dos credenciados, quando será enviado e-mail contendo a Ordem de Compra de Sementes e a Nota de Empenho.

6.1 Horário de recebimento: das 9h às 16h – de 2ª a 6ª feira, ou a critério da contratante, e em casos excepcionais, dentro da própria comunidade coletora, desde haja autorização da Compradora.

6.2. Unidade de Conservação que integram o Programa de Conservação da Palmeira Juçara:

REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA

1. Parque Estadual Carlos Botelho / sede / Rodovia SP 139 km 78,5 - Abaitinga - São Miguel Arcanjo SP CEP 18230-000.
2. Parque Estadual Caverna do Diabo / ao lado do PIT / Rua Dr. Nuno Silva, 773, Posto de Informações Turísticas – Eldorado SP CEP 11960-000.
3. Parque Estadual Rio Turvo / Av. Clara Gianotti de Souza, 1139, centro Registro SP CEP 11900-000.
4. Parque Estadual Lagamar de Cananéia / Rua Professor Vladimir Bersnard, s/n – Cananéia SP CEP 04952-100.
5. Parque Estadual Intervales / Estrada Municipal Ribeirão Grande km 25 – Ribeirão Grande SP CEP 18315-000.
6. Parque Estadual Nascentes do Paranapanema / Rua Dr. Péricles de Freitas, 156 - Terras do Embiruçu – Capão Bonito SP CEP 18304-750.
7. Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - Av. Isidoro Alpheu Santiago, 364 – CEP: 18320-000

REGIÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR – PESM

1. Núcleo Bertioga / Avenida Henrique Constabile, 114 centro / Bertioga CEP 11250-000.
2. Núcleo Caraguatatuba / Rua do Horto Florestal, 1200 Rio do Ouro - Caraguatatuba SP CEP 11675-730.
3. Núcleo Cunha / Rodovia Paulo Virgínio km 56,2 / Estrada do Paraibuna 20 km não pavimentada / Cunha SP CEP 12530-000.
4. Núcleo Curucutu / Estrada da Bela Vista, 7090 Parelheiros São Paulo SP CEP .
5. Núcleo Itariru / Estrada Caracol, 410 Bairro Caracol - Pedro de Toledo SP CEP 11790-000
6. Núcleo Itutinga-Pilões / Estrada Elias Zarzur km 8, s/nº Água Fria - Cubatão SP CEP .
7. Núcleo Padre Doria / Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 550 centro Salesópolis SP CEP.
8. Núcleo Picinguaba / Rodovia Rio Santos BR101 km 11 Ubatuba SP CEP 11680-000.
9. Núcleo Santa Virgínia / Rodovia Doutor Oswaldo Cruz km 78 Alto da Serra - São Luis do Paraitinga SP CEP 12140-000.
10. Núcleo São Sebastião/Rua Serra do Mar 13 Juquehy São Sebastião SP CEP 11600-000.

6.3. O prazo para entrega das sementes será de até 30 (trinta) dias após o recebimento de e-mail contendo a Ordem de Compra e a Nota de Empenho.

a) No ato da entrega das sementes pelo fornecedor, o mesmo deverá coletar assinatura no Termo de Recebimento Definitivo das Sementes (Anexo VIII) do representante legal do lote em que foi contemplado.

6.4 Após a publicação da Ata referida no item 5.4. deste Edital, não caberá desistência por parte dos interessados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e informado em Anexo VI e a ser analisado pela Fundação Florestal.

6.5. Caso a quantidade a ser vendida a Fundação Florestal seja menor do que a constante em Ordem de Preço e Nota de Empenho, tal quantidade a menor deverá ser justificada em Anexo VI.

6.6 A formalização da contratação na modalidade de Licitação, por inexigibilidade, será efetuada com quantos interessados atenderem aos critérios do presente Edital, os quais passarão a se valerem de todos os direitos de venda em conformidade com o constante em seu requerimento.

6.7. Os credenciados classificados para o fornecimento de sementes, conforme a ata a ser publicada no DOE, receberão a Nota de Empenho através de comunicação eletrônica, bem como o Pedido de Compra.

6.8. Farão parte integrante da contratação, independentemente de transcrição, as instruções contidas nesse Edital e os documentos nele referenciados.

7. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. O critério de aceitabilidade das propostas de venda ofertados será conforme os preços fixados no presente edital – Anexo IV, devendo a Comissão de Avaliação e Credenciamento promover a desclassificação dos projetos de venda incompatíveis com tais parâmetros.

7.2 Antes de efetuar requerimento e analisar a viabilidade de ofertar proposta de venda os interessados deverão conhecer o edital, certificar-se de que preenchem os requisitos exigidos e analisar a viabilidade de ofertar proposta.

7.3. Quaisquer solicitações de informações adicionais ou pedidos de esclarecimentos que se façam necessários deverão ser enviados por e-mail para o seguinte endereço eletrônico: projucara@fflorestal.sp.gov.br.

7.4. A Comissão designada poderá, durante a análise do requerimento e da documentação, convocar o(s) interessado(s) para dirimir dúvidas que possam surgir.

7.5. Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Comissão de Avaliação e Credenciamento.

8. DA CONTRATAÇÃO

A contratação decorrente deste credenciamento será formalizada mediante a emissão de Nota de Empenho e Pedido de Compra, por meio eletrônico.

9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 O objeto deverá ser entregue nos locais indicados na Nota de Empenho e Pedido de Compra, de acordo com as disposições constantes no Edital e na proposta de venda dos produtos, conforme as seguintes especificações:

9.1.1 As sementes da Palmeira Juçara deverão estar nas condições constantes no Termos de Referência – Anexo I do Edital e Anexo II – Qualidade e acondicionamento das sementes.

9.1.2 Deve ser utilizado o mesmo número de CPF/ CNPJ indicado na habilitação em todos os documentos, inclusive na nota fiscal;

9.1.3 Abster-se de contratar menores de 18 (dezoito) anos para trabalharem em período noturno e em locais perigosos ou insalubres, e em nenhuma hipótese, menores de 16 (dezesseis) anos, em respeito ao disposto no art. 27, inc. V da Lei federal nº 8.666/93.

10. DO PAGAMENTO

10.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento do valor do objeto contratado por meio de crédito aberto em conta corrente do Banco do Brasil em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, acompanhada pelo Termo de Recebimento Definitivo das Sementes (Anexo VIII), observadas e cumpridas pela CONTRATADA as seguintes exigências:

10.2. As notas fiscais/faturas devem ser emitidas, indicando o mês de referência, a quantidade, o valor unitário e o valor total de cada produto.

10.3. O CPF/ CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta de venda.

10.4. No corpo da nota fiscal/fatura deve constar os dados bancários (banco, agência e conta corrente).

10.5 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

10.6 Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado.

10.7 Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização do pagamento.

10.8 O preço permanecerá fixo e irrevogável.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados, o não cumprimento por parte da Contratada das obrigações assumidas, no caso de inexecução total ou parcial do ajuste, ou na infringência do Edital de Chamada Pública, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

11.1.1 Advertência;

11.1.2 Multa;

11.2. A penalidade de multa será aplicada nos termos da PORTARIA FF/DE nº 279 de 20 de março de 2018 - Anexo IX

11.3. A aplicação da penalidade ocorrerá após defesa prévia do Contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, conforme disposto no artigo 87 da Lei federal nº 8.666/93 e alterações posteriores;

11.4 Nenhuma penalidade será aplicada sem que se conceda à Contratada o direito ao contraditório, à defesa prévia e aos recursos cabíveis, nos termos da legislação vigente.

12. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

12.1. Caberá interposição de recurso pelo(s) interessado(s), em qualquer fase desta licitação, após a publicação do edital no Diário Oficial do Estado e site da Fundação Florestal. Deverá ser apresentado na forma escrita e encaminhado à Comissão de Avaliação e Credenciamento, encaminhado para o seguinte endereço eletrônico: projucara@fflorestal.sp.gov.br.

Após a divulgação dos resultados e ATA, no Diário Oficial do Estado e Site da Fundação Florestal, os interessados poderão, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, interpor recurso contra a decisão da Comissão de Licitação.

12. 2. A Comissão de Avaliação e Credenciamento deverá analisar e emitir parecer acerca do recurso interposto, cabendo à autoridade da entidade credenciadora decidir pelo seu provimento ou improvimento, com posterior publicação da decisão no Diário Oficial do Estado.

13. DOS ANEXOS

Integram o presente Edital;

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Especificação da Qualidade e acondicionamento das sementes da Palmeira Juçara;
Anexo III – Formulário de Requerimento para participação no Edital de Chamamento Público;
Anexo IV – Proposta de Venda;
Anexo V – Declaração de não existência de trabalhadores menores;
Anexo VI – Termo de Desistência;
Anexo VII – Termo de Compras de Agricultores Assentados e Quilombolas;
Anexo VIII - Termo de Recebimento Definitivo das Sementes;
Anexo IX – Portaria FF. 279, de 20/03/2018.
Anexo X – Pedido de Compras
Anexo XI – Termo de Responsabilidade sobre a qualidade e acondicionamento das sementes

São Paulo, 27 de julho de 2021

RODRIGO LEVKOVICZ
DIRETOR EXECUTIVO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA PARA A AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE PALMEIRA JUÇARA (EUTERPE EDULIS) PARA USO PRÓPRIO EM ATIVIDADES DE REPOVOAMENTO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SOB GESTÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL

1 - OBJETO

Promover a aquisição de 28.000 (vinte e oito mil) quilogramas de sementes de palmeira juçara despolpada, destinadas ao plantio de 560 hectares, em Unidades de Conservação estaduais administradas pela Fundação Florestal. Elas deverão ser entregues nas Unidades de Conservação que fazem parte do Programa de Conservação da Palmeira Juçara da Fundação Florestal.

2 - JUSTIFICATIVA

A palmeira juçara (*Euterpe edulis*) tem ocorrência ao longo de toda a costa brasileira, desde o Estado de Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, ocorrendo também no interior dos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e mesmo em alguns locais do Paraguai e Argentina. Ocorre em altitudes que variam de 0 a mil metros em relação ao nível do mar. A juçara é uma planta que ocupa o interior da floresta, ou seja, terrenos sombreados.

A palmeira juçara (*Euterpe edulis*) está classificada como vulnerável no âmbito nacional e estadual conforme "Lista Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção", objeto da Portaria MMA nº 443, de 17 de dezembro de 2014 e Resolução SMA nº 57, de 05 de junho de 2016. Sua existência está diretamente ligada à manutenção da biodiversidade da Mata Atlântica. Sua semente e seu fruto servem de alimento para mais de 68 espécies, entre aves e mamíferos. Tucanos, jacutingas, jacus, sabiás e arapongas são os principais responsáveis pela dispersão das sementes, enquanto cotias, antas, catetos, esquilos e muitos outros animais se beneficiam das suas sementes e frutos.

A palmeira juçara historicamente foi utilizada para a extração de palmito, muitas vezes de forma ilegal e predatória, a ponto de ameaçar a sobrevivência da espécie.

O planejamento eficiente a respeito das áreas prioritárias para restauração ecológica, recuperação, racionalização de recursos e oportunidades, uniformização do entendimento do problema são metas fundamentais para enfrentar o desafio de recuperar ambientalmente áreas degradadas no interior das Unidades de Conservação.

Por este motivo, a Fundação Florestal desenvolveu o Programa de Conservação da Palmeira Juçara que visa repovoar a espécie nas Unidades de Conservação onde remanescentes são escassos ou ausentes

3 - DESCRIÇÃO, SIAFÍSICO E QUANTIDADE

Item	Siafísico	Especificação detalhada do produto (*)	Unidade	Qtde Total
1	820822	Semente de Palmeira Juçara Despolpada	Quilograma	28.000kg

4 - RELAÇÃO DOS LOCAIS DESEJÁVEIS DE COLETA DE SEMENTES A SEREM VENDIDAS À FUNDAÇÃO FLORESTAL

As sementes advirão de imóveis particulares inseridos no interior de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, zonas de amortecimento ou na própria Unidade de Conservação de Proteção Integral, em conformidade com a legislação estadual respectiva (Resolução SMA 68/2008, de coleta em UC e Resolução SMA 189/2018, de manejo de espécies nativas, Lei da Mata Atlântica e seus regulamentos, Lei de Sementes e seus regulamentos).

Seguindo Princípios básicos de aquisição de sementes e a fim de garantir a qualidade genética delas, os locais desejáveis de coleta de sementes devem estar distantes em até 50 km das Unidades de Conservação (UC) que integram o Programa, de tal forma que segue abaixo a listagem dos Municípios desejáveis para coleta de sementes a serem vendidas à Fundação Florestal:

Municípios que podem ser fornecedores de sementes ao Pró-Juçara		
BARRA DO TURVO	REGISTRO	ITANHAÉM
APARECIDA	MAIRIPORÃ	PEDRO DE TOLEDO
OSASCO	CAPÃO BONITO	ROSEIRA
RIO GRANDE DA SERRA	SILVEIRAS	BURI
LAGOINHA	SÃO PAULO	IBIÚNA
MAUÁ	SÃO LUIZ DO PARAITINGA	MIRACATU
ARUJÁ	SÃO CAETANO DO SUL	SANTA ISABEL
GUARAREMA	CANANÉIA	GUAPIARA
ITAPECERICA DA SERRA	CUNHA	MONGAGUÁ
BERTIOGA	VARGEM GRANDE PAULISTA	GUARUJÁ
PRAIA GRANDE	GUARATINGUETÁ	JAMBEIRO
TAUBATÉ	SANTA BRANCA	SÃO VICENTE
NOVA CAMPINA	RIBEIRÃO BRANCO	MOGI DAS CRUZES
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	LORENA	IPORANGA
APIÁI	JUQUITIBA	ITAQUAQUECETUBA
SUZANO	SÃO MIGUEL ARCANJO	SALESÓPOLIS
UBATUBA	ELDORADO	CARAPICUÍBA
SÃO SEBASTIÃO	SANTO ANDRÉ	FERRAZ VASCONCELOS DE
CAJATI	COTIA	SANTOS
RIBEIRÃO PIRES	NATIVIDADE DA SERRA	PIEDADE
SÃO LOURENÇO DA SERRA	ILHABELA	DIADEMA
CAÇAPAVA	RIBEIRÃO GRANDE	REDENÇÃO DA SERRA
ITARIRI	TAPIRAÍ	GUARULHOS
PARIQUERA-AÇÚ	ITAPEVA	PARAIBUNA
EMBU DAS ARTES	ITAPETININGA	BIRITIBA MIRIM
TABOÃO DA SERRA	POTIM	IGUAPE
JUQUIÁ	PILAR DO SUL	JACUPIRANGA
POÃ	SÃO BERNARDO DO CAMPO	EMBU-GUAÇU
JACAREÍ	ITAOCA	CUBATÃO
PERUÍBE	PINDAMONHANGABA	CARAGUATATUBA
TAQUARIVAÍ	ILHA COMPRIDA	SETE BARRAS

Serão aceitas sementes que tenham sido coletadas com o máximo de 60 dias antes e que sigam as especificações técnicas elencadas no **Anexo II – ESPECIFICAÇÃO DA QUALIDADE E ACONDICIONAMENTO DA SEMENTE**.

5 - LOCAL E ENTREGA DO PRODUTO

A entrega deverá ser feita em até 30 dias após o recebimento do e-mail contendo a Ordem de Compra e a Nota de Empenho da Semente a ser agendada previamente com a equipe técnica do Programa de Conservação da Palmeira Juçara por intermédio do endereço eletrônico projucara@fflorestal.sp.gov.br.

O prazo para entrega das sementes será de até 30 (trinta) dias após o recebimento de e-mail contendo a Ordem de Compra e a Nota de Empenho.

Eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados e encaminhados pela contratada, para serem submetidos à apreciação superior da contratante.

As sementes deverão seguir os requisitos informados no Anexo 2 – QUALIDADE E ACONDICIONAMENTO SEMENTE.

O local de entrega, dos 28.000 kg, se dará nas Unidade de Conservação que integram o Programa de Conservação da Palmeira Juçara mais próxima da coleta das sementes, no horário de recebimento: das 9h às 16h – de 2ª a 6ª feira, ou a critério da contratante, e em casos excepcionais, dentro da própria comunidade coletora.

As unidades que integram o Programa constam no item 6 deste Chamamento.

6 - RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

Equipe técnica do Programa de Conservação da Palmeira Juçara ou Equipe Técnica da Unidade de Conservação mais próxima do local de coleta e que integra o Programa de Conservação da Palmeira Juçara.

7 - ORIGEM DOS RECURSOS, CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA E CENTRO DE CUSTO

Os recursos são oriundos da Fundação Florestal, no elemento de despesa 3.390.30.82. nos centros de custo:

520.011	PESM - NÚCLEO CARAGUATATUBA	620.010	PE LAGAMAR DE CANANÉIA
520.015	PESM - NÚCLEO PICINGUABA	630.008	PE CARLOS BOTELHO
520.016	PESM - NÚCLEO SÃO SEBASTIÃO	630.009	PE CAVERNA DO DIABO
540.004	PESM - NÚCLEO CURUCUTU	630.010	PE INTERVALES DO NASCENTES
540.005	PESM - NÚCLEO ITARIRÚ	630.012	PARANAPANEMA

540.006	PESM - NÚCLEO ITUTINGA PILÕES	630.013	PE RIO TURVO PE TURÍSTICO DO ALTO
540.009	PESM - NÚCLEO BERTIOGA	630.014	RIBEIRA
540.017	PESM - NÚCLEO PADRE DORIA		
540.011	PESM - NÚCLEO CUNHA		
540.012	PESM - NÚCLEO SANTA VIRGINIA		

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Receber e garantir que todos os produtos foram entregues dentro da especificação solicitada;

Atestar a nota fiscal dos produtos entregues e encaminhá-la para o setor responsável pelo pagamento.

Providenciar análise da qualidade das sementes, conforme legislação específica.

Rejeitar lotes ou parte destes, quando constatadas irregularidades no produto entregue, sem prejuízo das penalidades cabíveis, determinando sua substituição ou sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes;

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Entregar o produto sementes de juçara (*Euterpe edulis*) dentro das especificações descritas neste Termo de Referência.

Arcar com as despesas de carga e descarga e de fretes referentes à entrega do produto, inclusive as decorrentes da devolução e reposição das mercadorias recusadas por não atenderem às especificações.

Atender a toda legislação vigente (no âmbito federal, estadual e municipal), durante o fornecimento do objeto deste Termo.

Agendar previamente as entregas por meio do endereço eletrônico projucara@fflorestal.sp.gov.br. No caso de entregas feitas por transportadoras, estas deverão ser orientadas pela contratada sobre essa obrigação, sob pena de recusa do recebimento.

Disponibilizar pessoal suficiente e adequado para o desembarque e para a entrega dos materiais.

Corrigir irregularidades constatadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação pela contratada, por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

Entregar o material nos exatos termos constantes neste descritivo e na proposta ofertada, principalmente no tocante à unidade de fornecimento indicada, sob pena de recusa de recebimento.

10 - PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo responsável.

ANEXO II – ESPECIFICAÇÃO DA QUALIDADE E ACONDICIONAMENTO DA SEMENTE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2021

1 – Coleta das sementes: Consiste em realizar a coleta conforme o padrão para polpa, significa escolher cachos com frutos roxo-brilhante. Preferencialmente cachos que sejam uniformes na maturação dos frutos, evitando cachos com muitos frutos verdes ou vermelhos e cachos com frutos que apresentem ferrugem ou antracnose (que dá aquela coloração fosca). Ou ainda evitar cachos que tenham mucilagens em torno dos frutos. Esta atividade compreende ainda a separação inicial dos frutos, ensacamento e transporte até locais de beneficiamento. As embalagens formadas na atividade deverão receber as informações da área, datas e coletores envolvidos.

ATENÇÃO: a coleta dos frutos é a atividade mais importante para garantir boa qualidade e boa germinação das sementes, sendo uma etapa fundamental no processo de produção.

ATENÇÃO: A plantação de juçara não pode estar próxima de palmeiras de açais. Somente poderão ser vendidas sementes de palmeiras distantes de no mínimo 300m das de açais, a fim de evitar a chance de existirem sementes híbridas (cruzamento da juçara com açai).

2 – Beneficiamento: Consiste em separar as impurezas e frutos fora do padrão de polpa, para formação de lotes de sementes. Neste momento, deve-se ter especial atenção em não misturar embalagens de locais distintos, pois cada lote deverá ter informação identificada em etiqueta plástica conforme item 11 deste Anexo.

3 - Acondicionamento: em embalagens de rafia (mesmo que plástica, ao modo de sacaria de cebolas), com pesagem de 25kg, no dia após o beneficiamento e que tenha eliminado o excesso de umidade.

4 - Margem de pesagem: alcançada a pesagem de 25kg por embalagem de sementes, o contratado deve calcular perda de excesso de umidade no transcorrer de tempo entre essa operação e a de entrega, e com isso a diminuição do valor inicial.

5 - Armazenamento das sementes: Após o processo de beneficiamento, as sementes deverão ser armazenadas em condições adequadas, pelo fornecedor, até que seja destinada à Fundação Florestal. O armazenamento deverá ocorrer em câmaras frias (condição de temperatura 3 a 5 graus Celsius e umidade relativa do ar em 90%). Não havendo esta condição será aceito o armazenamento em salas refrigeradas ou em geladeiras comuns. Ainda caso não haja estes equipamentos, será aceito armazenamento em local fresco e seco e em embalagem de rafia, ou outra que acondicionem corretamente a semente, de 25 por no máximo 60 dias.

6 – Condição ideal da semente para o repovoamento: As sementes que serão lançadas para plantio, deverão estar secas, porém não desidratadas, despulpadas, e livre de pedaços de raquias, de ciscos e impurezas dos materiais do caroço. Portanto, é preciso que as atividades de beneficiamento sejam feitas, preparando as sementes para estas condições.

7 – Despolpa alternativa dos frutos. A remoção da polpa, nestes casos, pode ser feita umedecendo as sementes nos sacos, deixando “fermentar” por alguns dias.

Em seguida, utilizar água e peneiras para macerar os frutos e remover a polpa. Depois, deve-se deixar as sementes secando em local sombreado e ventilado por alguns dias. Deve-se evitar a secagem em local ensolarado, para não perder o poder germinativo das sementes. As sementes que forem despulpadas para uso da polpa, já saem prontas para uso na sementeira. Basta apenas fazer a secagem à sombra.

8 – As sementes quando não forem entregues para utilização imediata em plantios, deverá passar por operações, semelhantes ao de pós processamento da polpa. Deve-se proceder com beneficiamento, de peneiramento ou abano, para limpar as impurezas junto das sementes. Com 15 dias de antecedência aos plantios é importante que seja feito novo processo de remoção das impurezas, e se necessário, secagem à sombra das sementes.

9 – Aferição da qualidade das sementes: consiste em verificar se o lote formado é composto por sementes com padrão de polpa e com padrão de germinação adequada para sementeira. Esta atividade será feita pelo contratado e poderá, a qualquer tempo, ser acompanhada por pessoa indicada pela equipe do Programa de Conservação da Palmeira Juçara. As sementes adquiridas pelo Programa poderão ser analisadas em laboratório, por amostragem representativa, conforme legislação específica. O custo da análise das sementes será por conta da Fundação Florestal.

10 – Formação dos Lotes de semente: consiste em formar lotes uniformes de sementes. Para efeito deste processo de contratação, serão considerados lotes, toda a quantidade colhida numa determinada área de coleta, na mesma data e pela mesma equipe de coletores. **Lotes mínimos aceitos são de 200kg.** Já quando se tratar de uma área extensa, cada equipe formará um lote distinto, mesmo quando colhidos no mesmo sítio. Isto facilitará qualquer tipo de controle, tanto de procedência, como de qualidade dos serviços. Serão considerados lotes aqueles entregues em embalagens com sementes despulpadas. Quando um mesmo fornecedor entregar mais de um lote deverá enviar junto uma planilha descritiva de cada lote, nesse conjunto contratado, deve ser anexada quando no ato dessa entrega.

11– Etiqueta de cada embalagem: **A anotação de 7 (sete) informações solicitadas: (1) local, (2) data da coleta, (3) número estimado de matrizes fornecedoras ao lote, (4) quantidade em kg, (5) nome do coletor e responsável pela coleta de sementes, (6) número de lote, (7) nome do sítio de coleta. Utilizar materiais duráveis, de preferência etiqueta de plástico para garantia da permanência de tais informações.**

12– Para o processo de contratação o fornecedor será apoiado pela equipe do Programa, para as devidas inscrições no RENAME, como coletor ou produtor de sementes e para a comunicação de coleta, conforme Resolução SMA 189/2018.

ANEXO III – FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2021

1. DADOS

Razão Social (se houver) ou Nome do responsável (na ausência de Razão Social):

CNPJ/CPF:

Endereço:

UF: Cidade: CEP:

Telefone: E-mail:

1.1. RESPONSÁVEL (IS) LEGAL (IS):

Nome:

Cargo: CPF:

Nome:

Cargo: CPF:

1.2. O interessado reconhece que o(s) representante(s) legal (is) acima referido(s) possui (em) plenos poderes de representação, assumindo, para todos os fins legais, quaisquer responsabilidades decorrentes da assinatura desse Requerimento.

2. DOCUMENTOS

- 2.1.** a) Cópia da prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), ou b) Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Declaração de não existência de trabalhadores menores – Anexo VI
- d) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- g) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, da Dívida Ativa do Estado de São Paulo.

3. O INTERESSADO DECLARA QUE CONHECE E CUMPRIRÁ, INTEGRALMENTE, O EDITAL.

_____, _____ de _____ de 2021

Assinatura

**Assinatura devidamente identificada do(s) representante(s) legal (is)
(Apontado o Estatuto, Ata de fundação e Ata de eleição da atual diretoria)**

ANEXO IV – PROPOSTA DE VENDA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2021

I – IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR					
Nome do Proponente:					
Telefone:					
Endereço:					
CPF:			Nº da DCONP ou DAP ou DAP I:		
CNPJ:					
Banco do Brasil			Nº da Conta Corrente:		
Nº da Agência:					
II- RELAÇÃO DE PRODUTOS					
LOTE	Produto	Unidade	Quantidade	Preço/ Unidade	Valor Total

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2021

O Sr. _____ portador do RG _____ e do CPF _____,
interessado em participar da Chamada Pública n.º 03/2021, DECLARA que atende às normas relativas à
saúde e segurança do trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único, artigo 117, da Constituição
do Estado de São Paulo.

Ademais, declara para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, que não emprega
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

_____, _____ de _____ de 2021

Assinatura

**ANEXO VI – TERMO DE DESISTÊNCIA DE VENDA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2021**

À

Comissão de Avaliação e Credenciamento da Fundação Florestal

Eu, _____, portador do RG Nº _____ SSP/SP nos termos do Item 5.5 do Edital da Chamada Pública Nº 03/2021, solicito a desistência da proposta apresentada para os respectivos lotes abaixo relacionados:

I – IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR		
1. Nome do Proponente		
2. CPF	3. DCONP ou DAP ou DAP I	
MOTIVO:		
II- RELAÇÃO DOS LOTES		
LOTE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO

_____, _____ de _____ de 2021.

ANEXO VII – TERMO DE COMPRAS DE ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS, AGRICULTORES ASSENTADOS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2021

A (Nome da organização) _____ inscrita no CNPJ Nº _____ com sede na _____, neste ato representada pelo seu(sua) Presidente _____, inscrito(a) no CPF/MF Nº _____, interessado em participar da Chamada Pública n.º 03/2021, DECLARA que as sementes do palmito juçara são oriundos de produtores familiares assentados/quilombolas, comunidades tradicionais de acordo a proposta de venda.

_____, ____ de _____ de 2021

ANEXO VIII - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS SEMENTES DO PALMITO JUÇARA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2021
PROCESSO DIGITAL FF.001450/2021-75

Obs: A entrega deverá ser realizada até 30 dias da emissão da Ordem de Compra/Nota de Empenho

Nome do Fornecedor:				
CNPJ/CPF:				
Endereço:				
Telefone:				
Nº da Nota Fiscal:			Data de emissão:	
Nº da Nota de Empenho:				

Lote	Comunidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total

_____, _____, de _____ de 2021

(Fornecedor)
(CNPJ)

(Responsável pelo recebimento)
(CPF)

Imprimir em 02 (duas) vias, uma do fornecedor e uma do responsável pelo recebimento.

ANEXO IX – PORTARIA Nº 279, DE 20/03/2018

Portaria FF/DE Nº 279/2018 Dispõe sobre a aplicação das sanções decorrentes dos procedimentos licitatórios e dos contratos administrativos no âmbito da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal Data de Emissão: 12/03/2018 O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL, no uso de suas atribuições legais, e, Considerando as disposições das Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei estadual nº 6.544, de 22 de junho de 1989 Considerando a importância em adotar, no âmbito da Fundação Florestal, uma padronização na aplicação de sanções; Considerando a busca da eficiência no serviço público através da descentralização de atribuições; Considerando que o procedimento e aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com o Estado, estabelecida no artigo 7º, da Lei federal nº 10.520/2002, no âmbito da Diretoria Executiva propiciará a celeridade do exame originário e recursal da matéria; e, Considerando o disposto no item 3, do § 2º, do artigo 1º, do Decreto nº 48.999/2004; RESOLVE: CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - No âmbito da Fundação Florestal, a aplicação das sanções de natureza pecuniária, de advertência, de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de declaração de inidoneidade, a que se referem os artigos 81, 86 e 87, I, II, III e IV, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e os artigos 79, 80 e 81, I, II, III e IV, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de junho de 1989, e o impedimento de licitar e contratar com a Administração e a multa, a que se refere o artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá às normas estabelecidas na presente Portaria.

Artigo 2º - As sanções serão aplicadas com observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Artigo 3º - As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de prévia e ampla defesa, observado, no que couber, o procedimento estabelecido nas instruções contidas na Resolução da Casa Civil nº 52, de 19 de julho de 2005, do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, ou em outro ato regulamentar que a substituir.

CAPÍTULO II - DOS PRAZOS

Artigo 4º - O prazo para apresentação de defesa prévia em observância ao disposto no artigo 87, §§ 2º e 3º da Lei federal nº 8.666/93, artigo 10 do Decreto estadual nº 61.751/15 bem como na Resolução CC-52/05 será de: a) 5 (cinco) dias úteis, quando a sanção proposta for de advertência, multa ou de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, previstas respectivamente nos incisos I, II e III do artigo 87 da Lei federal nº 8.666/93; b) 10 (dez) dias, quando a sanção proposta for de declaração de inidoneidade nos termos do inciso IV do artigo 87 da Lei federal nº 8.666/93, ou de impedimento de licitar e contratar com o Estado e multa prevista no artigo 7º da Lei federal 10.520/02.

Artigo 5º - Da decisão que sancionar a licitante ou a contratada, caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

Artigo 6º - Na contagem dos prazos para defesa prévia e recurso excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Artigo 7º - A contagem dos prazos de entrega e de início de execução do objeto contratual será feita em dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à data estabelecida no instrumento contratual.

Parágrafo único - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente na Fundação Florestal. Fundação Florestal | Av. Prof. Frederico Hermann Jr 345 | CEP 05459-010 São Paulo, SP | Fone (11) 2997-5000 | www.fflorestal.sp.gov.br

CAPÍTULO III - DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS

Artigo 8º - As condutas consideradas infrações passíveis de serem sancionadas são: I – Nos termos, respectivamente, do caput dos artigos 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93: a) O atraso injustificado na execução do contrato; b) Inexecução total ou parcial das obrigações contratuais. II – Nos termos do artigo 7º da Lei federal nº 10.520/02: a) Não celebrar a contratação dentro do prazo de validade da respectiva proposta; b) Deixar de entregar documentação exigida no edital; c) Apresentar documentação falsa; d) Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação; e) Não manter a proposta; f) Falhar ou fraudar na execução do contrato; g) Comportar-se de modo inidôneo; h) Cometer fraude fiscal. Artigo 9º - O atraso injustificado igual ou superior ao prazo estipulado na contratação para entrega do objeto será considerado inexecução total, salvo razões de interesse público expostos em ato motivado da autoridade competente.

Artigo 10 - A recusa injustificada, impedimento decorrente de descumprimento de obrigações assumidas durante a licitação ou impedimento legal do adjudicatário em assinar o instrumento de contrato ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à multa de 30% do valor total corrigido da avença. CAPÍTULO IV - DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

Artigo 11 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, assim como o atraso injustificado ou sua execução irregular, poderá, garantida a defesa prévia, ser aplicada à contratada as seguintes sanções: I - Para licitações/contratações regidas pela Lei federal nº 8.666/93: a) advertência; b) multa; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea

anterior. II - Para licitações/contratações regidas pela Lei federal nº 10.520/2002: a) impedimento de licitar e contratar com a Administração, por período não superior a 5 (cinco) anos; b) multa.

Artigo 12 - As sanções de suspensão temporária e a declaração de inidoneidade poderão, também, ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que em razão dos contratos regidos pela Lei federal nº 8.666/93: I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; III - demonstrem não possuírem idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Artigo 13 - A aplicação da penalidade de multa independe de prévia aplicação de penalidade de advertência.

Artigo 14 - As penalidades previstas neste capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições estabelecidas nos respectivos instrumentos convocatórios e de contratos.

Artigo 15 - A adjudicatária/contratada, em razão de sua inadimplência, arcará, ainda, a título de perdas e danos, com a correspondente diferença de preços verificada em decorrência de nova contratação, se nenhum dos classificados remanescentes aceitar a contratação nos termos propostos pela inadimplente, sem prejuízo das sanções cabíveis. DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

Artigo 16 - A pena de advertência será aplicada a critério da autoridade, quando o contratado infringir obrigação contratual pela primeira vez, exceto nas contratações decorrentes de certames realizados na modalidade pregão, prevista na Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DA SANÇÃO DE MULTA

Artigo 17 - A pena de multa será assim aplicada: I - de 30% (trinta por cento) do valor total corrigido da avença, no caso de inexecução total do contrato; II - de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da avença, relativo à parte da obrigação não cumprida, no caso de inexecução parcial do contrato; III - de 1% (um por cento) do valor corrigido da avença, no caso de atraso injustificado na execução do contrato, acrescido de: a) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, para atrasos de até 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado na contratação para entrega do objeto ou de sua parcela; b) 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado na contratação para entrega do objeto ou de sua parcela, no que exceder ao prazo previsto na alínea “a” deste inciso. § 1º - Os percentuais de que tratam as alíneas “a” e “b”, do inciso III, deste artigo, incidirão sobre o valor total corrigido do contrato. § 2º - A reincidência, nos termos previstos no parágrafo único, do artigo 28, desta Resolução, referente ao descumprimento do prazo de entrega ensejará a aplicação da multa acrescida em 100% sobre seu valor. § 3º - O valor correspondente à multa aplicada poderá ser, a critério da Administração, descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do contrato que ensejou a sanção, ou descontado da

garantia prestada para o mesmo contrato. § 4º - Inexistindo o desconto nos moldes previstos no § 3º, deste artigo, o correspondente valor deverá ser recolhido, através de depósito bancário, em conta corrente, em nome da Fundação Florestal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da notificação. § 5º - O valor da penalidade ficará restrito ao valor total do contrato.

Artigo 18 - O não pagamento das multas no prazo e formas indicados, implicará no registro de devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 19 - O valor das multas terá como base de cálculo o valor da contratação, reajustado e atualizado monetariamente pelo índice da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, desde a data do descumprimento da obrigação até a data do efetivo recolhimento. Parágrafo único - o valor da multa deverá ser recolhido, através de depósito bancário, em conta corrente, em nome da Fundação Florestal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da notificação.

Artigo 20 - A multa pecuniária pode ser aplicada conjuntamente com as sanções previstas nas alíneas “c” e “d”, do inciso I, e na alínea “a”, do inciso II, todos do artigo 11 da presente Resolução. **DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 21 – As hipóteses para aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, previstas no inciso III, do artigo 87, da Lei federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º, da Lei federal nº 10.520/2002, são: I - atraso na entrega de bens e serviços de escopo; II - não entrega de bens e serviços de escopo; III - descumprimento ou abandono das obrigações contratuais em se tratando de serviços contínuos; IV - outros descumprimentos das obrigações contratuais.

Artigo 22 – O cálculo do tempo da sanção aplicável na hipótese prevista no inciso I, do artigo 21 será efetuado em conformidade com o Anexo I, desta Resolução.

Artigo 23 – O cálculo do tempo da sanção aplicável na hipótese prevista no inciso II, do artigo 21 será efetuado em conformidade com o Anexo II, desta Resolução.

Artigo 24 – O cálculo do tempo da sanção aplicável na hipótese prevista no inciso III, do artigo 21 será efetuado em conformidade com o Anexo III, desta Resolução.

Artigo 25 - O cálculo do tempo da sanção aplicável na hipótese prevista no inciso IV, do artigo 21 será calculado, caso a caso, considerando-se as peculiaridades do mesmo, seu efeito perante o interesse público e os objetivos da Administração, sempre se pautando pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

DA SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Artigo 26 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada considerando as características de cada caso, suas peculiaridades e pautando-se pelo princípio da legalidade, devendo, obrigatoriamente, serem justificadas no processo administrativo e endossadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO V - DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES

Artigo 27 - Caso seja constatado, nos autos do processo administrativo, que o inadimplemento trouxe prejuízos ou transtornos à Administração, a sanção aplicável nas hipóteses versadas nos artigos 17 e 21, I, II e III, calculada nos termos dos artigos 22 a 25 será acrescida de 100%, o mesmo acontecendo caso haja o descumprimento total das obrigações contratuais, seja pela não execução integral do objeto contratual, seja pelos motivos previstos nos termos dos artigos 9º e 10º, desta Resolução. Parágrafo único – Para fins desta Resolução, entende-se por prejuízo, não só em relação à questão financeira, mas, também, ao princípio da eficiência almejada pela Administração.

Artigo 28 - A reincidência no descumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação da sanção prevista nos artigos 22 a 25, desta Resolução, acrescida de 50%.

Parágrafo único – Para fins desta Resolução, considera-se reincidência, o fato da empresa contratada ter inadimplido, nos termos do artigo 21 desta Resolução, no período de 12 (doze) meses, contados da aplicação de sanção anterior (prevista no artigo 87, III, da Lei federal nº 8.666/93, artigo 81, III, da Lei estadual nº 6.544/89 e no artigo 7º, da Lei federal nº 10.520/02) no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente e a ocorrência do fato gerador da sanção atual.

Artigo 29 – Na hipótese de haver mais de uma circunstância agravante, ambas serão calculadas nos termos dos artigos 22 a 25, somando-se os acréscimos previstos nos artigos 27 e 28.

CAPÍTULO VI - DA COMPETÊNCIA

Artigo 30 - É competente para aplicar, no âmbito da Fundação Florestal, as sanções de advertência e multa, estabelecidas nesta Portaria, o ordenador de despesa, o Diretor Executivo da Fundação.

Artigo 31 - A competência para aplicar a sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, a que se refere o artigo 87, inciso III, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o artigo 81, inciso III, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de junho de 1989, é do Diretor Executivo.

Artigo 32 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, prevista no art.87, inciso IV, da Lei federal nº 8.666/1993 e no art.81, inciso IV, da Lei estadual nº 6.544/1989, é de competência do Diretor Executivo.

Artigo 33 – No caso de contratação advinda de Sistema de Registro de Preços – SRP, a sanção de multa será conduzida no âmbito do Órgão Participante e a penalidade será aplicada pela autoridade competente daquele Órgão, enquanto que a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração será conduzida no âmbito do Órgão Gerenciador e a penalidade será aplicada pela autoridade competente daquele Órgão.

Artigo 34 – Compete ao Diretor Executivo da Fundação Florestal a competência para aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com o Estado, estabelecida no artigo 7º, da Lei federal nº 10.520/2002.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 35 - A contagem do prazo será suspensa quando do recebimento provisório do material ou serviço, sendo retomado quando não aceito pelo contratante, a partir do primeiro dia útil seguinte ao da notificação da recusa.

Artigo 36 - Observado as disposições desta Resolução, a autoridade só poderá deixar de aplicar a sanção se verificado que: I - não houve infração ou que o notificado não foi o seu autor; II - a infração decorreu de caso fortuito ou força maior.

Artigo 37 - Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no sítio eletrônico www.esancoes.sp.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso à Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP e aos demais sistemas eletrônicos mantidos por órgãos ou entidades da Administração Estadual, e no caso da penalidade de inidoneidade o próprio sistema deverá registrar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

Artigo 38 - As disposições desta Resolução aplicam-se, também, aos contratos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 39 - Cópia desta Resolução deverá, obrigatoriamente, integrar os atos convocatórios dos certames, ou, nos casos de contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, dos respectivos instrumentos de contrato.

Artigo 40 - Quanto às omissões desta Resolução, aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Artigo 41 – O Diretor Executivo da Fundação Florestal poderá expedir normas complementares, quando julgar necessárias, para orientação das ações a serem adotadas pelas unidades da Fundação Florestal, no cumprimento das disposições desta Portaria.

Artigo 42 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria FF/DE nº 230/2014.

Walter Tesch

Diretor Executivo da Fundação Florestal

ANEXO X – PEDIDO DE COMPRAS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/21	Pedido de Compras NºXX/2021
------------------------------------	--

Processo Nº:	FF.001450/2021-75
Centro de Custo:	
Fornecedor:	
CNPJ:	
Endereço:	
Contato:	
Fone:	
Prazo de Entrega:	A entrega deverá ser feita em até 30 dias da data da emissão do Pedido de Compra da Semente a ser agendada previamente com a equipe técnica do Programa de Conservação da Palmeira Juçara por intermédio do endereço eletrônico projucara@fflorestal.sp.gov.br .
Condições de pagamento	Até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, acompanhada pelo Termo de Recebimento Definitivo das Sementes (Anexo VIII)
Banco:	001 - BANCO DO BRASIL
Agência:	
Conta Corrente:	
Local de Entrega:	
End. p/ faturamento:	Av. Prof. Frederico Hermann Jr. 345 - prédio 12 - 1º andar - Alto de Pinheiros - São Paulo/SP - CEP:05459-010

Item	Siafísico	Descrição	Unidade	Qtde.	Unitário	Total
1	5808537	Semente de Palmeira Jucara Despoldada	kg			
					Total	R\$

São Paulo, ____ de _____ de 2021

Elisabeth Sutter
Setor de Licitações e Compras

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 56.825.110/0001-47 - I.E.: 111.796.293.112

ANEXO XI TERMO DE RESPONSABILIDADE SOBRE A QUALIDADE E ACONDICIONAMENTO DAS SEMENTES

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2021

Eu, _____, RG _____, me responsabilizo por cumprir as regras constantes no Anexo II sobre a Especificação da Qualidade e acondicionamento das sementes da Palmeira Juçara, estabelecido pelo Programa de Conservação da Palmeira Juçara, incluindo a coleta de frutos com padrão de polpa, a inexistência de indivíduos híbridos, o beneficiamento da semente, seu armazenamento e a formação de lotes conforme especificado. Ainda me responsabilizo em manter aproximadamente 1/3 (um terço) dos frutos nas palmeiras para a alimentação da fauna, conforme regra estabelecido no Artigo 3º, inciso III da Resolução SMA 189 de 2018.

Local: _____ Data: _____

Assinatura: _____